



CARREGAL DO SAL

ATA NÚMERO ONZE (2017-2021) DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARREGAL DO SAL, REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DO ANO DE 2019.

—Aos vinte e oito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho de Carregal do Sal, nesta Vila de Carregal do Sal, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, sob a presidência de Ana Isabel Abrantes Ribeiro, face ao impedimento do Presidente da Assembleia Municipal, secretariada, respetivamente, por Isabel Clara Amaral Teixeira, como Primeira Secretária e por Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, como Segunda Secretária, convidada a completar a Mesa. —

—VERIFICAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE QUÓRUM. ABERTURA DA SESSÃO. REGISTO DAS PRESENÇAS E DAS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. —

—Verificada a existência de quórum, a Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Ana Isabel Abrantes Ribeiro, cumprimentou os presentes e declarou aberta a sessão, eram precisamente vinte horas e quinze minutos. —

—Foram registadas as faltas, justificadas, do Presidente da Assembleia Municipal Carlos Jorge Morgado Gomes e do membro Maria Manuela Ribeiro Rodrigues de Campos, tendo sido substituídos, nesta sessão, por José Figueiredo Castanheira e Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira. —

—REGISTO DAS PRESENÇAS E AUSÊNCIAS DO EXECUTIVO CAMARÁRIO. —

—Foram registadas as presenças do Presidente da Câmara, Rogério Mota Abrantes, do Vice-Presidente da Câmara, José Sousa Batista, da Vereadora Ana Cristina Silva Sousa Borges e do Vereador Toni Serge Costa Ribeiro. —



—————**INÍCIO DOS TRABALHOS. ESCLARECIMENTOS.**—————

—————A Presidente da Assembleia Municipal iniciou a sua intervenção, justificando a ausência do Presidente Carlos Jorge Morgado Gomes que se encontrava doente, com gripe, a quem desejou as melhoras. Referiu-se, de seguida, à especificidade das sessões extraordinárias, especialmente destinadas a tratar dos assuntos da ordem do dia, não tendo, portanto, período de antes da ordem do dia. Assim, disse que a Assembleia Municipal iria de imediato entrar na análise dos pontos em agenda, a seguir transcritos:—————

—————**ORDEM DO DIA**—————

—————**1. *TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO)***—————

—————1.1. DECRETO-LEI N.º 97/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES INTEGRADOS NO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO DO ESTADO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————1.2. DECRETO-LEI N.º 98/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————1.3. DECRETO-LEI N.º 100/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————1.4. DECRETO-LEI N.º 101/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————1.5. DECRETO-LEI N.º 103/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA

OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DO APOIO ÀS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————1.6. DECRETO-LEI N.º 104/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NOS DOMÍNIOS DE: a) INSTALAÇÃO E GESTÃO DE LOJAS DE CIDADÃO E DE ESPAÇOS CIDADÃO; b) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS GABINETES DE APOIO AOS EMIGRANTES; c) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS CENTROS LOCAIS DE APOIO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————1.7. DECRETO-LEI N.º 105/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. ————

—————1.8. DECRETO-LEI N.º 106/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————1.9. DECRETO-LEI N.º 107/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————2. **TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO)** —————

—————2.1. DECRETO-LEI N.º 99/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA INTERNA SUBREGIONAL, EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES REGIONAIS DE TURISMO. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————2.2. DECRETO-LEI N.º 101/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———2.3. DECRETO-LEI N.º 102/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———2.4. DECRETO-LEI N.º 103/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA REDE DOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E DOS PROGRAMAS DE APOIO ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———3. **ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** —————

———ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. —————

———De seguida, os assuntos foram analisados e tomadas as seguintes deliberações:

———**ORDEM DO DIA** —————

———1. ***TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO)*** —————

———A Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o tema em questão, na sequência das deliberações tomadas na reunião ordinária, realizada no dia onze de janeiro de dois mil e dezanove. —————

———*Presidente da Câmara Municipal* – Após apresentação de cumprimentos, iniciou a sua intervenção, salientando que da ordem do dia desta sessão extraordinária constavam dois pontos no âmbito da lei-quadro de transferência de competências e dos decretos-lei setoriais, o primeiro especialmente destinado às autarquias locais e o segundo especialmente às entidades intermunicipais. A posição do Executivo Camarário, em face da informação que dispunha aquando da tomada de decisão, que não era tão esclarecedora

como o passou a ser a partir de dezoito do corrente mês e ano, foi a de não concordar e não aceitar o exercício, no ano de dois mil e dezanove, das competências no âmbito das respectivas transferências. _____

_____ No passado dia dezoito de janeiro, à noite, foi realizada nos Paços do Concelho, nesta Vila de Carregal do Sal, uma reunião da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, Dr. Carlos Miguel, tendo em vista o esclarecimento de situações alusivas à temática em apreço. Nessa reunião, o Senhor Secretário de Estado informou que as transferências de competências, cujos Decreto-Lei Setoriais já tinham si publicados e que se encontravam em vigor, não seriam acompanhadas de quaisquer envelopes financeiros. Apresentou as razões desse não acompanhamento financeiro, no facto de quase todas as competências em causa já estarem na área de intervenção dos municípios e serem as mesmas geradoras de receitas, em que o encargo do seu exercício é diminuto ou inexistente. _____

_____ Em sentido inverso, estarão as próximas transferências, nomeadamente as da Saúde, da Educação e da Cultura e aí, sim, os municípios teriam de ter todo o cuidado e fazer um levantamento rigoroso sobre as despesas a ter, de modo a reclamar, legitimamente, sobre a eventual insuficiência dos respetivos envelopes financeiros, se tal vier a acontecer. Evidenciou, de acordo com o que tinha sido dito na reunião de trabalho, que a componente financeira associada à transferência de competências no âmbito da Educação poderia criar algumas dificuldades às câmaras municipais, mas ainda assim era quase suficiente, o que não iria acontecer com a Saúde. Prosseguiu a sua intervenção, referindo-se ao modo como essas próximas transferências se iriam processar, porquanto, numa primeira fase, os municípios iriam ser informados dos montantes que foram gastos, com referência ao mês anterior, em cada um dos domínios a transferir. Esta situação vai

fazer com que, naturalmente, haja um trabalho de equipa por parte dos municípios, conjunta e nomeadamente com a gestão das escolas e da saúde, através da realização de reuniões, levantamentos e articulações institucionais, pois vai ser necessário apurar objetiva e realisticamente o estado dos edifícios e dos recursos e a previsão de gastos, pois era sobejamente sabido que quer ao nível de recursos humanos, quer ao nível de manutenção de edifícios e equipamentos, os investimentos, nos últimos anos, por parte do Estado, não tinham sido famosos. Após as citadas notificações sobre os valores que vierem a ser apresentados, inicia-se um período de trinta dias durante os quais os municípios podem reclamar.—————

—————Retomou, entretanto, o tema da ordem do dia, referente à transferência de competências decorrente da publicação e entrada em vigor dos Decretos-Lei Setoriais já conhecidos, e o que estava para análise e decisão era a aceitação ou não, do respetivo exercício no ano de dois mil e dezanove, das respetivas competências. Afirmou, de acordo com as conclusões que tinha extraído da reunião de trabalho, de que da transferência das competências nos domínios subjacentes aos Decretos-Lei Setoriais já em vigor, não iriam resultar dificuldades de maior, parecendo-lhe que algumas até viriam a beneficiar as câmaras municipais. Concretizou, exemplificando, com o cruzamento da Estrada Regional duzentos e trinta para a localidade de Pinheiro. Caso a Câmara Municipal de Carregal do Sal pretendesse fazer obras no local, substituindo, hipoteticamente, o cruzamento por uma rotunda, atualmente só o poderia fazer com a anuência/aprovação da Infraestruturas de Portugal. Quando a competência estiver na área jurídica da Câmara Municipal, por se tratar de zona urbana, passará a não necessitar da intervenção daquela entidade, passando a ser competência exclusiva do Município. Outro exemplo, teve a ver com a proteção civil e os apoios que são transferidos para as associações humanitárias de bombeiros voluntários, que, atualmente, não são do conhecimento das câmaras municipais. Com a

transferência de competências, os municípios passam automaticamente a ser informados dos montantes transferidos. O exemplo seguinte teve a ver com a influência que os municípios passam a ter no âmbito dos rios e da capacidade de gestão dos espaços adjacentes. E, por último, os estacionamento. Exemplificou, referindo que, no momento presente, o montante que é cobrado no âmbito de uma multa de estacionamento vai na sua totalidade para os cofres do Estado. Com a transferência dessa competência, dois cenários poderão ser colocados: Se a câmara municipal tiver polícia municipal, a totalidade do montante cobrado reverte para a autarquia local. Caso não tenha polícia municipal e continue com a intervenção e colaboração da Guarda Nacional Republicana, o montante da multa é dividido percentualmente, sendo que setenta por cento é para o município e o restante para a autoridade. _____

_____ Em jeito de resumo, disse que os Decretos-Lei Setoriais já em vigor, relativos à transferência de competências para os municípios, alegadamente trazem vantagens para os mesmos e não são acompanhados de quaisquer envelopes financeiros. Acrescentou que, por imperativo legal, em junho a Câmara e a Assembleia Municipal ter-se-ão de pronunciar, de novo, tendo como horizonte o ano de dois mil e vinte e, no concernente aos referidos Decretos-Lei Setoriais já em vigor, a proposta do Executivo Camarário provavelmente será a da aceitação. Concluiu, em jeito de remate: Mas independentemente de tudo o que possa vir a acontecer, no ano de dois mil e vinte e um, os municípios terão de aceitar a transferência de competências, no âmbito do quadro legal em vigor, aprovado pela Lei número cinquenta barra dois mil e dezoito, de dezasseis de agosto. _____

_____ Terminada a intervenção da Câmara Municipal, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço de debate, tendo registado as inscrições dos membros Diego Enrique Rodrigues Garcia, Casimiro Alves Martins Loureiro e Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz. _____

—————*Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Começou por apresentar cumprimentos. De seguida, referiu-se ao assunto da ordem do dia em análise, procedendo à leitura de um documento escrito, que vai ser transcrito em ata: —————

—————“1.TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO)—————

—————Foi publicada em agosto de 2018 a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro de transferências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais das competências que se encontram na administração direta e indireta do Estado. De acordo com o artigo 4.º da referida lei, esta transferência de competências e afetação de recursos será concretizada através de diplomas sectoriais relativos às diversas áreas. A mesma será feita já este ano admitindo-se, porém, que as autarquias e entidades intermunicipais que não pretendam já a transferência destas competências para a autarquia local, comuniquem esse facto à DGAL, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos nesse sentido. Os últimos diplomas legais relativos aos sectores da saúde e da educação foram promulgados pelo Presidente da República em 17 de janeiro de 2019, aguardando-se a sua publicação no Diário da República. —————

—————No processo em questão importa referir que não se trata de um contrato de delegação de competências entre o Estado e as diversas Câmaras Municipais, mas antes uma transferência de competências operada pela via legislativa, pelo que as Assembleias Municipais apenas deverão deliberar se pretendem ou não que as transferências relativas aos diversos sectores sejam operadas já este ano. A transferência vai sempre ocorrer, importa decidir quando. Segundo declarações do Ministro da Administração Interna, os valores para a descentralização deverão ser decididos até Abril de 2019. A Associação Nacional dos Municípios aceitou a proposta do Governo para o financiamento da Educação, Saúde e Cultura, mas exige conhecer os mapas dentro de três meses, entretanto,

mais de 40 autarquias já rejeitaram assumir as novas competências este ano, como por exemplo os municípios da Área Metropolitana do Porto, Alcácer do Sal e Trancoso, entre tantos outros. _____

———Na prática, pretende-se que as Assembleias Municipais decidam já se aceitam ou não a descentralização, sem que tenham conhecimento dos valores a serem transferidos para o efeito. Basicamente será decidir “às escuras”. O Bloco alertou sobre este problema na última sessão desta Assembleia Municipal, onde apresentou uma moção que recomendava à Câmara Municipal não aceitar as transferências de competências já neste ano 2019 e que foi rejeitada só com um único voto a favor. _____

———O Bloco de Esquerda defende o princípio da subsidiariedade, ao abrigo do qual as competências estão alocadas ao órgão mais competente para as executar. A este princípio está subjacente a democraticidade e, como tal, que o órgão seja eleito por sufrágio universal e com escrutínio pelas populações. No entanto, consideramos que esta descentralização, tal como se encontra configurada nos diversos diplomas legais já publicados, viola o próprio princípio constitucional da subsidiariedade agravando as assimetrias regionais, uma vez que a municipalização de competências nestas matérias, que é o que aqui realmente está em causa, não pode comprometer a universalidade e igualdade no acesso das diversas populações aos serviços prestados nas diversas áreas a transferir, procurando evitar que tal acesso seja posto em causa face a uma diferenciação resultante de diversas opções locais no exercício de tais competências. Este processo todo vai promover uma total desresponsabilização do Estado em funções sociais de âmbito universal. –

———Outro problema da descentralização prende-se com a falta de meios técnicos e de recursos humanos para o efeito. Aceitando-se estas competências, as Câmaras têm de assumir as responsabilidades e execução dos diversos diplomas sectoriais quando, na maior parte dos municípios atualmente não existem recursos humanos para que tal seja

possível, nem possibilidade ou orçamento para assegurar a contratação dos mesmos, existindo um subfinanciamento crónico da Administração Central para as autarquias. É ainda expectável que venham a existir conflitos de competências, nomeadamente, no domínio da gestão de pessoal auxiliar, no caso de estabelecimentos de educação e de saúde ou na gestão e manutenção dos equipamentos que sejam transferidos para a esfera de competências dos municípios. Acresce ainda a possibilidade de as autarquias se justificarem com meios humanos insuficientes e recursos técnicos para assegurar estas novas competências e concessionarem estes serviços a entidades privadas ou empresas municipalizadas que, por falta de fiscalização, poderão promover a degradação do serviço prestado e o seu acesso e fruição pelo comum cidadão. Assim, a municipalização destas competências do Estado poderá dar origem ao agenciamento da contratação e pagamento de pessoal, serviços e empreitadas, transformando os municípios em repartições administrativas de políticas nacionais. —————

—————Com a publicação da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto e dos diversos diplomas sectoriais é possível verificar que o que está em causa não é uma verdadeira descentralização de competências, mas sim uma municipalização das diversas áreas envolvidas onerando os municípios que não têm meios humanos ou recursos técnicos para tal. Tal como se tem verificado, o processo está a ser feito ao contrário, isto é, transferem-se primeiro as competências e depois logo se vê o resultado ou se adequa melhor o orçamento, o que é absolutamente inaceitável.” —————

—————*Casimiro Alves Martins Loureiro* – Começou por apresentar cumprimentos. Afirmou, de seguida, que a bancada do Partido Social Democrata iria fazer uma intervenção única para os dois pontos em análise, tendo procedido à leitura da sua intervenção, que a seguir se transcreve: —————

_____ “- Os pontos hoje em discussão nesta Sessão Extraordinária são um assunto sério, cuja dimensão deve ser feita com rigor e objetividade; _____

_____ - Portugal tem um Estado reconhecidamente centralizador, o que tem motivado ao longo dos anos várias tentativas para a resolução da situação; _____

_____ - Já antes do 25 de Abril, aquando o III Plano de Fomento para o período de 1968-1973 se sentia a necessidade de haver uma capacidade de planeamento territorialmente limitado;

_____ - Em 1976 prevê-se na Constituição a Instituição das Regiões, depois criaram-se as Comissões de Coordenação Regional, aprovou-se a Lei Quadro das Regiões Administrativas em 1991, Referendou-se a Regionalização em 1998; _____

_____ - Em 2003 apresentou-se um pacote de descentralização em nesta Assembleia se aprovou por unanimidade a criação da GAMVIS, Grande Área Metropolitana de Viseu;

_____ - Em 2008 novo modelo com a conversão da Associação de Municípios Dão Lafões em Comunidade Intermunicipal, tendo a adesão do Município de Carregal do Sal sido aprovada na sessão extraordinária, por unanimidade; _____

_____ - Houve também vários projetos políticos de transferências de competências para os Municípios em algumas áreas, e agora o processo em curso de transferência de competências; _____

_____ - Há em todos estes processos um ponto comum justificativo – a inadequação do modelo centralista de organização e administração do território; _____

_____ - O Estado Central tem necessidade de transferir competências, se quiser exercer as restantes com maior eficiência; _____

_____ - Deve ser feito ao nível que estiver mais próximo do cidadão tudo o que a esse nível seja possível de realização, ou seja, respeitando os princípios de subsidiariedade, contribuindo assi, para uma melhor governação do País; _____

———— Mas a verdadeira Reforma do Estado, a discussão séria, aberta, sem dogmas sobre o Papel e as Funções do Estado e a Desconcentração do Aparelho do Estado é sempre adiada; —————

———— Que Estado queremos e podemos ter?; —————

———— Discutir o Papel do Estado redimensionando-o, redefinindo as suas funções é essencial, diríamos um imperativo político; —————

———— Como esta discussão prévia não é feita, não é envolvida a Sociedade nem se procuram os contributos dos seus agentes; —————

———— Tenta-se assim, minimizar a situação, encontrando-se as respostas possíveis, já que há concordância – o regime centralista é um problema grave do nosso desenvolvimento enquanto País e Região; —————

———— E, depois de outras tentativas, mais uma; —————

———— Os promotores e defensores dizem, agora é que é, o processo foi diferente, de baixo para cima, etc, etc – O mesmo que os promotores anteriores diziam há uns anos atrás; —————

———— Mas, procurando ser positivo, mas não um otimista irritante, reconheço que este processo pode vir a melhorar alguma coisa, principalmente na operacionalização de algumas competências transferidas; —————

———— Houve também bom senso ao dar prazos de adaptação, prever acompanhamentos na implementação e respeitando a Tradição Municipalista Portuguesa, mesmo considerando algumas trapalhadas nos timings, nas interpretações do processo legislativo e nalguns recados enviados de forma sibilina; —————

———— Mas atenção esta não é a solução miraculosa, cor de rosa, que tudo resolverá, como alguns pretendem dar a entender; —————

———— Bem pelo contrário: —————

————- Numa época de desinvestimento nos Serviços Públicos, receber competências da Administração Central, direi, Senhor Presidente é um ato de coragem política;————

————- O bom senso aconselha sempre à reflexão e neste caso a cuidados acrescidos, concretamente: —————

————- a) A conhecer-se o custo-benefício para os Carregalenses;————

————- b) O cuidado na definição do envelope financeiro, tendo em consideração a natural pressão da proximidade da decisão;————

————- c) A consciência do desinvestimento público que existe nos Serviços Públicos e falta de recursos humanos em muitas áreas, principalmente na educação e saúde;————

————- d) As características burocratizantes e fortemente centralizadoras da Administração Central e Serviços Regionais e que se tem vindo a agravar nos últimos anos. ———

————- Mas também há que ter em atenção a estratégia política do Governo de procurar ficar colado à boa imagem, aos nobres princípios e às boas intenções e expetativas criadas com este processo, deixando para outros a implementação, os problemas e a “mercearia financeira”;————

————- Uma matéria que quase é esquecida nesta discussão tem a ver com a necessidade urgente de harmonização da desconcentração dos Serviços Públicos com o processo em curso, tendo em consideração a dos Serviços Públicos do Interior do País;——

————- Algumas das competências agora transferidas de certeza vão atenuar as dificuldades de resposta de alguns Serviços Públicos, mas não resolvem a principal questão: a centralização cada vez maior da decisão;- Hoje os Organismos Públicos sediados no interior, são meros prolongamentos dos Serviços Centrais em Lisboa e Coimbra e não têm autonomia administrativa e financeira (ex: como as aquisições estão centralizadas As despesas dependem das autorizações dos Serviços Centrais – ex: gasóleo, avarias de equipamentos, etc, é necessária cabimentação e não existe Fundo de Maneio) e quando

têm autonomia, como é o caso do CHT Viseu, dependem de autorizações superiores que se arrastam, seja do Ministério das Finanças ou outras, para necessidades urgentes como é o caso de obras no Serviço de Urgência, ou para contratação de pessoal, etc, etc; _____

_____ Ou seja, com competências na proximidade melhora-se a nível operacional, no acolhimento, no atendimento, na celeridade administrativa da resposta, mas se pretender criar novos Serviços aos cidadãos ou melhorar os atuais, o Município fica dependente da decisão dos representantes nomeados pelos respetivos Ministérios; _____

_____ Não discuto o óbvio, aquilo que todos sabemos e defendemos: _____

_____ a) a necessidade de haver boas relações de vizinhança; _____

_____ b) a prossecução de objetivos comuns; _____

_____ c) potencializar as afinidades no domínio socioeconómico; _____

_____ d) a necessidade de haver decisões supramunicipais, que permitam maior racionalidade e rendibilidade nos investimentos regionais e maior eficiência na gestão dos recursos e potenciação de sinergias; _____

_____ e) a solidariedade intrarregional. _____

_____ Mas também: _____

_____ a) Laços de cooperação e reciprocidade; _____

_____ b) O respeito pela identidade, a estratégia e o estado de desenvolvimento de cada concelho; _____

_____ Ou seja, _____

_____ a) Temos de apostar na Região, mas também a Região em nós; _____

_____ b) Não há uma única via da CIM para os outros concelhos – a via tem dois sentidos; _____

————- As apostas estratégicas e as dinâmicas de cada concelho têm de ser respeitadas e consensualizadas; —————

————- Penso estar na Assembleia Municipal do concelho de Carregal do Sal e, como Carregalenses, compete-nos colocar sempre em primeiro lugar a defesa dos interesses do nosso Concelho e avaliar se as decisões têm em consideração os superiores interesses de Carregal, e nunca deslocar a análises para questões acessórias ou transformar a questão numa arma de arremesso político; —————

————- O Município ao receber competências novas que obriguem à definição de novos circuitos administrativos, à preparação e formação dos funcionários que irão prestar esse serviço aos cidadãos, numa perspetiva que se pretende de maior qualidade e celeridade, entende o Executivo Camarário, de um modo responsável, não aceitar agora e preparar-se responsabilmente para 1 de Janeiro de 2021, data em que as novas competências têm caráter universal; —————

————- Alguns membros desta A. M. entendem que deveria aceitar tudo o que é proposto (eleitos pelo PS). Acho que estão a avaliar mal a situação, porque não quero pensar que quisessem que o Município, sem estar devidamente preparado e de um modo irresponsável, se precipitasse e depois falhasse na resposta aos cidadãos; —————

————- Há neste processo muitas contradições, o que não admira; —————

————- Por um lado, refere-se que os Municípios se devem ir adaptando e se preparando para a passagem universal em 2021 e, por outro, publicam-se diplomas legais em finais de Novembro e solicita-se uma decisão para daí a 60 dias, sem envelope financeiro conhecido, com o ano de 2019 a decorrer obrigando a sessões extraordinárias para a decisão; ————

————- É de nos interrogarmos? —————

————- Qual é a pressa? —————

————— Porque se pretende uma aprovação e implementação acelerada? —————

————— O que se ganha com o exercício de competências a meio de 2019? —————

————— Bom senso, reflexão e cuidados acrescidos é cada vez mais aconselhável; ———

————— O processo não está consolidado e, por isso, não devemos passar “cheques em branco” quem quer que seja sobre o nosso futuro coletivo; —————

————— Não devemos avalizar aventuras ou riscos desnecessários; —————

————— Devemos apostar também no envolvimento dos agentes económicos, sociais, educacionais e culturais do Concelho e Região, ganhando-os para esta causa, e com eles preparar novos passos no caminho do aprofundamento de novas transferências de competências, tendo em vista numa verdadeira descentralização no futuro; —————

————— A terminar e a título pessoal quero afirmar que acredito nas potencialidades de uma Regionalização referendada, consensual e responsabilmente assumida pela maioria dos Portugueses, em que verdadeiramente se desconcentre o Aparelho do Estado; ———

————— Não podem ser os técnicos em Coimbra ou Lisboa, que nos dizem o tipo de desenvolvimento a que temos direito; —————

————— Os problemas devem ser resolvidos por representantes eleitos pelas populações, que nos prestem contas dos seus atos e a quem possamos responsabilizar. ———

————— Como cidadão quero participar, discutir e definir através do meu voto, o que entendo ser melhor para a minha Terra.” —————

————— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Após ter apresentado cumprimentos, iniciou a sua intervenção dando os parabéns ao Executivo Camarário pelo sucesso alcançado com a edição de dois mil e dezanove da Feira da Pinha e do Pinhão, Saberes e Sabores de Terras de Carregal do Sal. —————

————— Referindo-se ao tema em concreto, à transferência de competências, afirmou que o Partido Socialista estava de acordo com a descentralização e com o atual pacote das

matérias a descentralizar as quais, numa primeira fase, contém um cariz de experimentação passando, em dois e vinte e um, a ter um carácter efetivo e universal. Disse que a bancada do Partido Socialista estava em sintonia com a bancada do Partido Social Democrata ao afirmar que estava na defesa dos superiores interesses do Município, posição que o levou a dizer que ambos os partidos estavam a trilhar o mesmo caminho, defendendo ambos uma descentralização consciente, acompanhada dos corretos apoios financeiros, de modo a não perigar o equilíbrio financeiro do Município. _____

_____Relativamente à posição do Bloco de Esquerda, disse que a mesma não estava alinhada com a posição do Partido Socialista. Disse que a posição do Bloco de Esquerda era no sentido de considerar a transferência de poderes uma municipalização, enquanto que o Partido Socialista a considera uma séria e verdadeira transferência e descentralização, com a corresponsabilização entre o poder do Estado e o das Autarquias Locais. —

_____Apesar do expendido e do facto de serem a favor da transferência de competências, a bancada do Partido Socialista entendia que existia falta de informação e de preparação, relativa ao modo como todo o processo se iria desencadear e desenvolver. Assim, apesar de se afirmar a favor da transferência de competências, considerava que não estavam reunidos os pressupostos para, de momento, se analisar pelo que a bancada do Partido Socialista iria votar favoravelmente a proposta apresentada pelo Executivo Camarário, de não aceitação, no ano de dois mil e dezanove, da transferência de competências para o Município. As propostas apresentadas careciam de alguma sedimentação. Mas também não via a necessidade de esperar até dois e vinte e um para as assumir. Finalizou a sua intervenção, reiterando e sintetizando os motivos que levavam a bancada do Partido Socialista a não votar favoravelmente, presentemente, a presente transferência de competências, nos termos atrás mencionados. _____

_____Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia Municipal informou

que se iria proceder às votações, cujos resultados foram os seguintes:—————

—————1.1. DECRETO-LEI N.º 97/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA GESTÃO DAS PRAIAS MARÍTIMAS, FLUVIAIS E LACUSTRES INTEGRADOS NO DOMÍNIO PÚBLICO HÍDRICO DO ESTADO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

—————Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flórido, não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício de competências no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público do Estado, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número noventa e sete barra dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro. —————

—————1.2. DECRETO-LEI N.º 98/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA

OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AUTORIZAÇÃO DE EXPLORAÇÃO DAS MODALIDADES AFINS DE JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

———Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flório, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flório, não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício de competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número noventa e oito barra dois mil e dezoito, de vinte e sete de novembro. _____

———1.3. DECRETO-LEI N.º 100/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA

OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DAS VIAS DE COMUNICAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

—————Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flórido, não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício de competências no domínio das vias de comunicação, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número cem barra dois mil e dezoito, de vinte e oito de novembro. —————

—————1.4. DECRETO-LEI N.º 101/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

—————Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel



Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flórido, não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício de competências no domínio da justiça, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e um barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro. —————

———1.5. DECRETO-LEI N.º 103/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DO APOIO ÀS EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE DAS ASSOCIAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara

Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flórido, não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício de competências no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e três barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro. —————

———1.6. DECRETO-LEI N.º 104/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NOS DOMÍNIOS DE: a) INSTALAÇÃO E GESTÃO DE LOJAS DE CIDADÃO E DE ESPAÇOS CIDADÃO; b) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS GABINETES DE APOIO AOS EMIGRANTES; c) INSTITUIÇÃO E GESTÃO DOS CENTROS LOCAIS DE APOIO E INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara

Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flórido, não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício das competências, nos domínios de: a) Instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; b) Instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes; c) Instituição e gestão dos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e quatro barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro. —————

———1.7. DECRETO-LEI N.º 105/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA HABITAÇÃO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —

———Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lo-

pes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flórido, não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício das competências, no domínio da habitação, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e cinco barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro. —————

———1.8. DECRETO-LEI N.º 106/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA GESTÃO DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO PÚBLICO. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

————Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flórido, não aceitar, no ano de dois mil e dezanove, o exercício das competências, no domínio da gestão do património imobiliário público, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e seis barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro. —————

————1.9. DECRETO-LEI N.º 107/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS MUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DO ESTACIONAMENTO PÚBLICO. ANÁLISE E DE-LIBERAÇÃO. —————

————Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———— Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com uma abstenção do membro José Manuel Lopes Flórido, não aceitar,

no ano de dois mil e dezanove, o exercício das competências, municipais no domínio do estacionamento público, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das Autarquias Locais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e sete barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro.—————

—————**2. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO)**—————

—————A Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu a palavra à Câmara Municipal para apresentar o tema em questão, na sequência das deliberações tomadas na reunião ordinária realizada no dia onze de janeiro de dois mil e dezanove.—————

—————*Presidente da Câmara Municipal* – Usou da palavra para afirmar que neste ponto a proposta da Câmara Municipal era no sentido inverso e a razão era simples: Existem situações de prejuízo para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e para os municípios associados, caso se verifique o adiamento da aceitação das transferências. E referiu que isso poderia acontecer, na medida em que o município de Viseu se tinha mostrado contra a aceitação, no ano de dois mil e dezanove, do exercício de competências no âmbito quadro das transferências e dos Decretos-Lei Setoriais já em vigor. Provavelmente, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões iria ficar inibida de poder fazer candidaturas, no âmbito dos quatro domínios, com efeitos negativos para a região e para os municípios associados. Disse que os órgãos de cada município tomam as decisões que entendem, são livres de o fazer, mas também terão de ser responsabilizados pelos efeitos negativos que infligem sobre os restantes. Recordou os quatro domínios de intervenção da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, dando especial enfoque ao turismo, fundos europeus e captação de investimento, proteção civil e redes de bombeiros. E sem aceitação, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões não vai poder apresentar candidaturas nestes domínios. Além de que as quatro situações não traziam para a Comunidade

Intermunicipal quaisquer encargos. Informou, ainda, de que quando existe uma candidatura a promover, a mesma é aprovada pelos órgãos intermunicipais da Comunidade Intermunicipal e pelo respeito dos catorze municípios associados. Disse que nunca se fez uma candidatura sem reunir o Conselho Intermunicipal. E se algo não é favorável aos catorze municípios, isso é discutido com frontalidade e abertura, sendo que nos últimos cinco anos, houve sempre cordialidade e entendimento, julgando que a partir de agora tal não iria acontecer. A posição contra dos órgãos do município de Viseu terá de merecer censura e o chamamento à responsabilidade, pois a sua atuação vai prejudicar os restantes municípios associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no seu desenvolvimento e no bem-estar das respetivas populações. _____

_____ Terminada a intervenção da Câmara Municipal, a Presidente da Assembleia Municipal declarou aberto o espaço de debate, tendo registado as inscrições dos membros Diego Enrique Rodrigues Garcia e Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz. _____

_____ *Diego Enrique Rodrigues Garcia* – Referiu-se ao assunto da ordem do dia em análise, através da leitura de um documento escrito, que vai ser transcrito em ata: _____

_____ “2. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO) _____

_____ Como referimos no primeiro ponto desta sessão, o Bloco de Esquerda defende o princípio da subsidiariedade, ao abrigo do qual as competências estão alocadas ao órgão mais competente para as executar. A este princípio está subjacente a democraticidade e, como tal, que o órgão seja eleito por sufrágio universal e com escrutínio pelas populações. Portanto, recusamos uma descentralização em figuras jurídicas de cooperação intermunicipal, tal como o são as comunidades intermunicipais. Há boas razões para que assim seja, pois as comunidades intermunicipais, tal como as CCDR, não constituem autarquias

locais, dotadas de assembleias eleitas diretamente, sendo assim destituídas da legitimidade democrática direta que a Constituição exige quanto às autarquias locais. —————

————— Por isso, não aceitamos que estas estruturas sejam objeto de descentralização de competências, por não se tratar de uma verdadeira descentralização, que carece de legitimidade democrática resultante da eleição direta. É necessário assegurar, em todo o território, a igualdade de acesso e de qualidade relativamente aos vários serviços, bem como da preservação da autonomia dos mesmos. —————

————— As comunidades intermunicipais e as áreas metropolitanas põem em causa aquela que deveria ser a maior de todas as reformas: a regionalização. Sem democracia, não pode haver descentralização de competências.” —————

————— *Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz* – Usou da palavra para, desde logo, refutar a declaração formulada pelo membro Diego Garcia, no que dizia respeito à alegada falta de legitimidade democrática das comunidades intermunicipais. Isto, porque os presidentes de câmara que fazem parte das comunidades intermunicipais são eleitos pelo povo. Os membros da assembleia intermunicipal são eleitos pelo povo. Até o próprio secretário-executivo, apesar a sua qualidade de trabalhador, era eleito. Questionou, em jeito de reflexão, se existe instituição com maior carácter de democraticidade do que as comunidades intermunicipais, pois todos os seus membros de pleno direito são eleitos pelo povo. — —————

————— Sobre o ponto propriamente dito, informou que o entendimento da bancada do Partido Socialista é o de que tem de haver, cada vez mais, uma maior e profícua articulação entre o Governo e as comunidades intermunicipais. Estas entidades caracterizam-se por serem organismos que têm dado os seus passos e a bancada do Partido Socialista estava crente de que o Governo vai encontrando e consolidando nas comunidades intermunicipais um parceiro ideal para o desenvolvimento regional. Por isso, as comunidades

intermunicipais têm toda a legitimidade para ter esta delegação de competências, que propiciará, por certo, uma melhor gestão, um maior equilíbrio e uma maior racionalização de recursos. _____

_____Relativamente à posição assumida pelos órgãos municipais de Viseu, disse que como munícipe carregalense achava estranho que em cem municípios da zona centro, apenas um, o de Viseu, se mostrava intransigente à aceitação do exercício das competências, por parte da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, já no ano de dois mil e dezanove e no âmbito da respetiva Lei-quadro. Tal opção prejudica os outros municípios e as pessoas que deles fazem parte. Disse não compreender a falta de solidariedade política e autárquica de um presidente de câmara que, por vaidade, toma uma posição com prejuízos evidentes para com os restantes municípios e para com as pessoas. Afirmou que se sentia triste e que se deveria pedir responsabilidades. Concluiu, referindo que a bancada do Partido Socialista iria votar a favor a proposta apresentada pelo Executivo Camarário. _____

_____Não havendo mais inscrições, a Presidente da Assembleia Municipal informou que se iria proceder às votações, cujos resultados foram os seguintes:_____

_____2.1. DECRETO-LEI N.º 99/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA PROMOÇÃO TURÍSTICA INTERNA SUBREGIONAL, EM ARTICULAÇÃO COM AS ENTIDADES REGIONAIS DE TURISMO. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. _____

_____Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara

Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com o voto contra do membro Diego Enrique Rodrigues Garcia, emitir o acordo prévio para a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, já no ano de dois mil e dezanove, no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais, tal como previsto do Decreto-Lei número noventa e nove barra dois mil e dezoito, de vinte e oito de novembro. —————

———2.2. DECRETO-LEI N.º 101/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA JUSTIÇA.ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego En-



rique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flório, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com o voto contra do membro Diego Enrique Rodrigues Garcia, emitir o acordo prévio para a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, já no ano de dois mil e dezanove, no domínio da justiça, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e um barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro.———

———2.3. DECRETO-LEI N.º 102/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DOS PROJETOS FINANCIADOS POR FUNDOS EUROPEUS E PROGRAMAS DE CAPTAÇÃO DE INVESTIMENTO. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO.———

———Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego Enrique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lo-

pes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flórido, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com o voto contra do membro Diego Enrique Rodrigues Garcia, emitir o acordo prévio para a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, já no ano de dois mil e dezanove, no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e dois barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro. —————

———2.4. DECRETO-LEI N.º 103/2018 – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA REDE DOS QUARTÉIS DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS E DOS PROGRAMAS DE APOIO ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS. ACORDO PRÉVIO DOS MUNICÍPIOS. ANÁLISE E DELIBERAÇÃO. —————

———Estiveram presentes neste ponto da ordem do dia, a totalidade dos membros que compõem a Assembleia Municipal, nesta sessão, nos seguintes termos: Ana Isabel Abrantes Ribeiro, Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira, Paulo Jorge Catalino de Almeida Ferraz, Casimiro Alves Martins Loureiro, Carina Isabel Pereira Pessoa, Isabel Clara Amaral Teixeira, António Manuel Lopes Batista, Sérgio Correia Costa Rodrigues, Diego En-

rique Rodrigues Garcia, Sandra Cristina Oliveira Cortês, Ana Filipa Montezinho Moreira Lopes, Francisco Azevedo da Silva, Manuel António Tavares Santos, José Figueiredo Castanheira, José Manuel Lopes Flório, Carlos Alexandre Pais Baptista, Nuno Miguel Pais Seabra, António Marques da Costa Pinto, António de Sousa Borges e Adelino Morgado Carneiro. —

———Colocada a proposta em votação, nos termos do número um do artigo quinquagésimo quinto do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a Assembleia Municipal de Carregal do Sal, decorrida votação nominal, deliberou por maioria, com o voto contra do membro Diego Enrique Rodrigues Garcia, emitir o acordo prévio para a transferência de competências para a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, já no ano de dois mil e dezanove, no domínio das redes dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários, no âmbito do quadro da concretização da transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais, tal como previsto do Decreto-Lei número cento e três barra dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro. —

———**3. ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**———

———ESPAÇO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. —

———Apesar do público presente no Salão Nobre, este espaço não foi utilizado por falta de inscrições. —

———**APROVAÇÃO, EM MINUTA, DE DELIBERAÇÕES NOS TERMOS DO NÚMERO TRÊS DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO SÉTIMO DO ANEXO I DA LEI NÚMERO SETENTA E CINCO BARRA DOIS MIL E TREZE, DE DOZE DE SETEMBRO.** —

———A Presidente da Assembleia Municipal em exercício, Ana Isabel Arantes Ribeiro, informou que tendo em vista a eficácia dos assuntos deliberados, referente a todos os pontos da ordem do dia, iria pedir aos secretários para procederem à leitura da minuta das

deliberações. Colocada em votação, decorrida votação nominal, a minuta foi aprovada por unanimidade. _____

_____ **ENCERRAMENTO.** _____

_____ Esgotada a ordem do dia, o Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação dos membros presentes e deu por encerrada a sessão quando eram vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos. _____

_____ E, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa. _____

A Presidente da Assembleia Municipal,

Ana Isabel Abrantes Ribeiro

A Primeira Secretária,

Isabel Clara Amaral Teixeira

A Segunda Secretária,

Elisabeta Maria dos Santos Ribeiro Caldeira